



Resenha

O desconhecido conservadorismo

SCRUTON, Roger. **Conservadorismo:** um convite à grande tradição. Tradução: Alessandra Bonrruquer. 11º ed. Rio de Janeiro: Record, 2024, 153 p. ISBN: 978-85-01-11451-8.

Walace Alexander Alves Cruz

[0009-0002-4745-5865](https://doi.org/10.47456/sofia.v14n2.50359)

professorwalacealexander@yahoo.com

FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

Recebido: 10/10/2025

Received: 10/10/2025

Aprovado: 27/10/2025

Approved: 27/10/2025

Publicado: 11/11/2025

Published: 11/11/2025



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

No cenário público brasileiro atual, lidamos com uma polarização político-ideológica agudizada. De um lado encontra-se a “esquerda” – ainda que o conceito em si seja polissêmico e, a rigor, seja complexo definir o que se quer realmente dizer com este termo –; do outro lado está a “direita” – e a este espectro cabe rigorosamente a mesma observação dirigida à primeira.

Nota-se, ao menos nos ambientes universitários e, por assim dizer, produtores de pensamento e reflexão, uma predominância daqueles que se identificam com a “esquerda” ou o “progressismo”. Por sua vez, dados estatísticos e manifestações públicas têm mostrado uma escalada popular daqueles que afirmam ser de “direita”. A meu ver, pela predominância de escritores de esquerda no Brasil, naturalmente existem mais livros que explicam, refletem e iluminam as nuances do esquerdismo – o que, em termos comparativos, certamente não se verifica quando se procura por uma bibliografia autenticamente conservadora. Este é um dos motivos, entre outros, que explicam a compreensão deturpada e, por conseguinte, as associações ignorantes e estúpidas em relação ao conservadorismo. Por exemplo, as acusações de que o conservadorismo é retrógrado, reacionário ou, ainda mais grave, fascista e neonazista.

Há uma carência bibliográfica, no Brasil, de obras conservadoras. Não nos referimos àquela ideia de “conservadorismo” popular que vigora em nosso país, vinculada a grupos radicais que reivindicam o epíteto para si; estes, pelo contrário, maculam e distorcem o significado e o sentido original do conservadorismo, cujas contribuições se mantêm ricas e valiosas para o debate democrático. À vista disso, a obra de Roger Scruton, doravante “A.” (1944–2020), que foi professor de Filosofia e Estética na Universidade de Boston (Estados Unidos), na Universidade de Buckingham (Reino Unido) e na Universidade de St. Andrews (Reino Unido), é significativa para conhecer melhor e se ter bases epistêmicas rigorosas para, primeiro, compreender o conservadorismo; segundo, a partir daí, estabelecer diálogos, formular críticas e, desse modo, elevar o debate a um nível intelectual mais elevado, discutindo aspectos filosóficos, epistêmicos e práticos. Dito isso, passemos a uma exposição panorâmica e crítica da obra. Ela é composta por um prefácio do próprio A. e seis capítulos, a saber: 1) Pré-história; 2) O nascimento do conservadorismo político; 3) O conservadorismo na Alemanha e na França; 4) O conservadorismo cultural; 5) O impacto do socialismo; 6) O conservadorismo hoje. Os capítulos ocupam 135 páginas, além de indicações de leituras complementares e um índice de A – Z, que reúne autores citados e temas principais, facilitando ao pesquisador encontrá-los nas páginas específicas correspondentes.

No cap. 1, o A. indica que o conservadorismo moderno tem suas raízes no pensamento de Michel de Montaigne (1533–1592) e David Hume (1711–1776), destacando especialmente as reflexões de Edmund Burke (1729–1797), considerado o “fundador” do conservadorismo moderno. Está radicado em duas tradições filosóficas, de onde derivam seus dois principais fundamentos: o ceticismo e o empirismo. Ao contrário do que popularmente se imagina, o conservadorismo não é, originalmente, uma perspectiva intrinsecamente religiosa ou fundamentada em uma “política da fé” (conceito melhor esclarecido por Michael Oakeshott [1901–1990]); ao contrário, o espírito conservador é pautado por uma postura céтика e empírica: mantém-se suspeitoso em relação ao que ainda não foi testado e “validado” no tempo, não aceitando quaisquer perspectivas utópicas cuja aplicabilidade não tenha comprovação na realidade social concreta. Nas palavras do A., o conservadorismo é essencialmente “cético, empírico e focado no legado concreto de um povo e suas instituições, e não em ideias abstratas” (p. 23). Soma-se a isso o valor que o conservadorismo confere à tradição, frequentemente mal interpretada: no horizonte conservador, a sociedade é uma associação entre mortos, vivos e não nascidos; destarte, a tradição implica um patrimônio imaterial de saberes, aprendizados, culturas e códigos éticos do qual todos somos herdeiros e responsáveis por transmiti-los às gerações futuras (p. 11–13).

Destarte, cada ser humano vem ao mundo e humaniza-se no contexto de uma tradição; nela, herdamos nossa perspectiva de sociedade, costumes, hábitos, expressões de fé etc. Isso não significa que o conservadorismo – ao contrário do reacionarismo – se mantenha saudosista ou ufanista em relação ao passado, mas entende que a construção de algo novo não implica o rompimento radical e a destruição abrupta de tudo aquilo que, enquanto sociedade, somos herdeiros, característica central do espírito revolucionário. O conservadorismo valoriza a individualidade e a liberdade humanas, mas ressalta que as individualidades dependem, de algum modo, da sociedade e da tradição, que contribuem para o aperfeiçoamento do uso de nossas liberdades; se cada pessoa agisse totalmente segundo sua vontade, sem instituições sociais que limitassem tal liberdade, entrariamos em colapso social. O A. desestrói, portanto, o imaginário de que o conservadorismo implica oposição a determinados valores caros à pessoa e à sociedade, como o direito e a liberdade. Nesse sentido, assinala a diferença essencial entre conservadorismo e reacionarismo – frequentemente tratados como sinônimos. Enquanto o reacionarismo, em linhas gerais, alimenta-se de uma perspectiva idealizada do passado e busca recuperá-lo integralmente, culminando numa recusa total ao novo, o conservadorismo possui essência moderada: conserva o que reconhece como

saudável, contributivo e perene na tradição, mas mantém-se aberto a aderir, de modo gradual, às mudanças e inovações (p. 18-20).

No cap. 2, o A. ressalta que o conservadorismo, a princípio, surge como uma filosofia política de reação; posiciona-se como oposição ao individualismo romântico, fruto do liberalismo clássico, e ao utopismo abstrato, produto do frenesi revolucionário dos séculos XVII–XVIII (p. 29). Recorda que os liberais clássicos, em síntese, estavam focados na economia de mercado e nos valores utilitários, acima dos estéticos, enquanto os conservadores primavam pela tradição e pelos valores éticos por ela transmitidos. Assim, a “responsabilidade perante o outro” era colocada como “centro da vida moral” (p. 33). O capítulo desenvolve essa ideia, evocando Edmund Burke, ao tratar da tradição como sabedoria coletiva transmitida pela sociedade, religião e família – elementos essenciais para o conservadorismo e alvos da destruição pelo revolucionarismo, que, de modo geral, entende que o modelo de sociedade vigente deve ser desmantelado; pois, a família é vista como instituição retrógrada e “opressora”, enquanto a religião é uma ideologia legitimadora desse modelo.

No cap. 3, o A. reflete sobre elementos centrais para o conservadorismo, retomando o tema da liberdade e destacando que “a liberdade é um bem humano, mas somente quando limitada de maneiras que impeçam seu abuso” (p. 47). Para que a liberdade seja usufruída de modo responsável, é necessária uma cultura que reforce, ao lado dos direitos, os deveres. A ausência de limites conduziria a modelos políticos totalitários, enquanto a absolutização da liberdade levaria ao anarquismo. O acento no dever é vital para uma filosofia política que reconhece uma realidade frequentemente ignorada pelos espíritos individualistas: a sociedade me precede. Nesse sentido, o conservadorismo adota uma postura cética, suspeita e resistente em relação a teóricos que surgem com propostas salvacionistas e messiânicas, prometendo a erradicação do existente e a imposição – termo preciso – de uma nova sociedade, Estado e governo. Curiosamente, no afã de destruir a religião, acusada de ser instrumento ideológico e opressor, tais utopias revolucionárias acabam por se tornar novas religiões seculares (tema retomado com mais ênfase no cap. 5). Ainda em relação à religião – embora não seja pressuposto ou exigência para a adesão filosófica e política ao conservadorismo – o A. destaca seu valor: ela constitui o substrato da cultura, fornece sentimento de pertencimento, atua como fator de coesão cultural e preserva tradições e costumes que revelam muito sobre o fenômeno humano, especialmente sua forma de ver, interpretar e existir no mundo; em suma, é um importante produto da engenhosidade e criatividade humanas (p. 58–63).

No cap. 4, o A. inicia destacando a virada de eixo ocorrida no interior do conservadorismo, que passa a se voltar contra o socialismo – lembrando que, até então, seu principal oponente havia sido o liberalismo. Isso ocorre especialmente porque o socialismo ataca elementos viscerais ao conservadorismo, como a valorização da tradição, cujas principais manifestações se dão na religião, na família e nas instituições “validadas” ao longo do tempo. Com Karl Marx (1818–1883), o capitalismo é interpretado como a célula cancerígena da sociedade, que permeia e instrumentaliza todos os aspectos da vida social: religião, família, instituições etc. O A. pontua que o conservadorismo mantém reservas e críticas tanto ao capitalismo industrial quanto à tendência do Estado de tudo gerir; nos sistemas socialistas, a destruição (ou suposta destruição) do primeiro sempre culminou na imposição do segundo.

No cap. 5, o A. intensifica suas críticas à ideologia socialista/comunista. A partir do empirismo que caracteriza o espírito conservador – ou seja, da credibilidade conferida apenas às ideias testadas pela experiência – as experiências socialistas demonstraram-se fracassadas ou, pior, radicalmente nocivas: resultaram em sistemas totalitários e ditatoriais; criaram Estados onipotentes e onipresentes que tolheram severamente as liberdades individuais; promoveram uma cultura dicotômica do “eu versus eles”, legitimando a beligerância e a destruição do outro; e, ao contrário do que as ideologias revolucionárias prometiam – como liberdade e igualdade, geraram novas elites e instauraram desigualdades explícitas. Nesse sentido, o A. observa:

A tendência do socialismo não é produzir uma sociedade sem classes como prometido, mas, ao contrário, gerar uma nova e intransigente classe dirigente de burocratas – a elite gerencial. Essa classe automaticamente demanda economia planejada, restrições à criatividade e ao empreendedorismo e violação do direito à propriedade (p. 101).

Como já indicado, neste capítulo é enfatizado o caráter religioso — ou melhor, **sectário** — que o socialismo assumiu em suas experiências históricas. Tendo acusado a religião de ser um mecanismo de opressão e alienação das massas, o socialismo acabou por se tornar, ele próprio, uma ideologia e um sistema historicamente marcados pelo totalitarismo e pela opressão massificada (p. 103).

No cap. 6, o A. reflete sobre o conservadorismo na atualidade – lembrando que Roger Scruton (1944–2020) veio a óbito em 2020 – e destaca sua marginalização no ambiente acadêmico, especialmente nas universidades. Observa o modo caricato como o conservadorismo é frequentemente representado, bem como os “ismos” nefastos a que é associado – xenofobismo, machismo, racismo etc. – o que contribui para a ridicularização e

demonização de quem se identifica como conservador. Ironicamente, as “esquerdas” que militam em defesa dos direitos das “minorias” mostram-se, não raro, implacáveis com aquela que, no ambiente intelectual contemporâneo, se constitui como uma verdadeira minoria: os pensadores alinhados ao conservadorismo. Avalio que a leitura do livro de Roger Scruton – do qual destacamos, em grandes linhas, alguns pontos – representa uma oportunidade significativa àqueles que são intelectualmente honestos e desejam, de fato, compreender o que é o conservadorismo “clássico”. Caso o façam, descobrirão que essa tradição filosófica nada tem a ver com os radicalismos e fundamentalismos contemporâneos, especialmente no Brasil, que reivindicam para si o epíteto de uma tradição que, em verdade, abriga entre seus expoentes filósofos, historiadores e poetas como Michel de Montaigne (1533–1592), David Hume (1711–1776), Michael Oakeshott (1901–1990), Russell Kirk (1918–1994), T. S. Eliot (1888–1965) e C. S. Lewis (1898–1963), entre outros. Sobretudo, notar-se-á que o conservadorismo é marcado, de modo fundamental, por sua postura equilibrada – algo tão necessário em uma sociedade cada vez mais polarizada.

Referências Bibliográficas

SCRUTON, Roger. **Conservadorismo**: um convite à grande tradição. Tradução: Alessandra Bonrruquer. 11º ed. Rio de Janeiro: Record, 2024, 153 p. ISBN: 978-85-01-11451-8.

Walace Alexander Alves Cruz

Doutorando em Teologia, regime de cotutela, pela FAJE (Brasil) e pela UCP (Portugal). Mestre em Filosofia pela FAJE. Licenciado em História pela PUC Minas. Bolsista CAPES.

Os textos deste artigo foram revisados por terceiros e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação